

**ACTA**  
**da**  
**Reunião de negociação com o**  
**Sindicato dos Trabalhadores dos Registos e do Notariado**

**Acta n.º 28**

Aos 14 dias do mês de Outubro de 2010, pelas 11h00, compareceram no Salão Nobre do Ministério da Justiça o Senhor Presidente e Vice-Presidentes do Sindicato dos Trabalhadores dos Registos e do Notariado (STRN), bem como, em representação do Senhor Ministro da Justiça, os Senhores Secretário de Estado da Justiça e da Modernização Judiciária (SEJMJ) e Chefe do Gabinete do Senhor Ministro da Justiça (MJ) e as Senhoras Adjuntas dos Gabinetes dos Senhores MJ e SEJMJ, a fim de se proceder a reunião de negociação, nos termos da Lei n.º 23/98, de 26 de Maio:

- a) Do projecto de Decreto-Lei que extingue o subsistema de saúde dos serviços sociais do Ministério da Justiça, transferindo-o para a ADSE;
- b) Das normas da Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2011 (PLOE/2011) com particular relevância em matéria remuneratória.

A reunião iniciou-se pelas 11h50, tendo o Senhor SEJMJ destacado o aperfeiçoamento das normas do articulado da PLOE/2011 em matéria de reduções remuneratórias relativamente à versão anterior, em particular do conceito de remuneração total ilíquida mensal sobre a qual incidirá a taxa referente a cada escalão.

Salientou ainda a importância da realização de reuniões de trabalho com o Ministério das Finanças para ponderação de soluções e para continuação do processo de revisão, sob o signo da neutralidade financeira, das carreiras especiais de conservador e de oficial dos registos e de transição dos trabalhadores integrados nas actuais carreiras de regime especial de conservador, notário, ajudante e escrivão dos Registos e do Notariado. Informou que o Governo prosseguirá a reestruturação do Instituto dos Registos e do Notariado e dos serviços de registo e iniciará a discussão da adaptação do sistema de avaliação do desempenho da Administração Pública às carreiras especiais de conservador e de oficial dos registos.

Finalmente, destacou os processos de reestruturação de serviços previstos para 2011, incluindo a fusão da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais com a Direcção-Geral da Reinserção Social e a adaptação da orgânica do Instituto dos Registos e do Notariado ao processo de racionalização de estruturas decorrente da criação de balcões únicos. Assim, e uma vez concluído o processo de aprovação do OE/2011, os Ministérios da Justiça e das Finanças farão ponto de situação tendente a iniciar o procedimento legislativo na Presidência do Conselho de Ministros para aprovação de propostas de articulado concretas para negociação com os sindicatos dos diversos projectos de diplomas.

De seguida, acordou-se que a presente reunião assumiria carácter preparatório, tendo-se desde logo agendado uma reunião de negociação dos projectos acima referidos para a manhã de Sexta-feira, dia 22 de Outubro de 2010. O STRN anuiu à possibilidade de realização da mesma em conjunto com as demais entidades representativas dos trabalhadores dos registos e notariado e entregou documento remetido à consideração do Senhor MJ (que se junta em anexo à presente acta) que reflecte a posição desfavorável do STRN quanto ao projecto de decreto-lei de transferência do subsistema de saúde para a ADSE, sobretudo atento o resultado do estudo promovido pela Entidade Reguladora da Saúde em Dezembro de 2009, que identifica várias insuficiências da ADSE e permite concluir que a rede de cuidados de saúde da ADSE é incipiente para o número de beneficiários que tem actualmente e que passará a ter com a transferência dos beneficiários do Ministério da Justiça. O STRN defende em suma que o subsistema de saúde do Ministério da Justiça confere um nível de protecção superior ao da ADSE, pelo que transmitiu a posição desfavorável dos seus associados à sua extinção e transferência para a ADSE.

Em relação à PLOE/2011, o STRN adiantou considerar que as medidas desfavoráveis apenas penalizam os funcionários, continuando a haver fontes de desperdício, pelo que a desmotivação dos associados é total, apesar de continuarem empenhados. E elencou algumas das questões pendentes, em particular:

- i) A necessidade de abertura de concursos internos para se acabar com os falsos destacamentos;
- ii) A situação dos escriturários que perfizeram 10 anos de serviço no início do ano de 2010 e que ainda não foram promovidos a escriturário superior, apesar de a verba envolvida estar orçamentada e devidamente cabimentada, tendo o STRN procedido à entrega de documento do departamento de recursos humanos do IRN, de 27 de Setembro de 2010, que o Senhor SEJMJ ficou de apreciar com o Ministério das Finanças, onde se refere que o processo de promoção de escriturário a escriturário superior não se encontra atrasado e que apenas se encontra pendente de se desbloquear constrangimentos orçamentais entretanto impostos;
- iii) A situação dos adjuntos de conservador, cuja integração está em falta há 10 anos e não acarreta custos acrescidos para o Estado dado apenas pretenderem que se lhes reconheça o vínculo e o cargo para que concorreram;
- iv) A questão da existência de vários conservadores destacados aos serviços centrais do IRN e de várias conservatórias sem conservadores e sem possibilidade de abertura de concursos;
- v) A situação de recursos para a Comissão Paritária que se encontram por responder, referentes a propostas de avaliação do desempenho não fundamentadas;
- vi) A necessidade de prorrogar a actual portaria dos vencimentos por mais 1 ano, sem prejuízo de a comissão sobre carreiras e remunerações entretanto criada por despacho do Presidente do IRN continuar a desenvolver um estudo sustentado para os vencimentos;

- vii) O facto de o STRN, representativo também dos oficiais de registo, ainda não ter sido chamado a participar na referida comissão de vencimentos, que se tem reunido no IRN apenas com dirigentes e técnicos das áreas dos recursos humanos e financeiros e com conservadores, sem a participação de um único oficial do registo;
- viii) A questão do processamento de vencimentos errados, a favor do Estado ou a favor do funcionário, com prazos de reposição divergentes.

O Senhor SEJMJ transmitirá as questões ao Senhor MJ, tendo em vista apresentá-las à consideração do Ministério das Finanças e da Administração Pública para realização de mesas exploratórias e, em particular, de promoção da publicação da portaria dos vencimentos até ao final do ano.

A reunião terminou pelas 12h45.

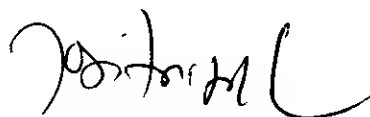
Anexo: 1.

Feito, rubricado e assinado em duplicado, destinando-se um exemplar a cada um dos signatários.

Pelo Sindicato dos Trabalhadores dos  
Registos e do Notariado,  
O Presidente,

Sérgio Barros

Pelo Ministério da Justiça,  
O Secretário de Estado da Justiça e da  
Modernização Judiciária,



José Magalhães

24/12/2010



**SINDICATO DOS TRABALHADORES DOS REGISTOS E DO NOTARIADO**

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	
ASINTE DO MINISTÉRIO	
CÓDIGOS	
ENTIDADES	Entidades
Localidades	Distribuição
15 OUT. 2010	
n.º 1.3698	
Data 24/12/2010	

A

Sua Excelência

Ministro da Justiça

*Dr. Alberto Martins*

V/Ref.º: 2737

**Assunto:** Projecto de decreto-lei: extinção do subsistema de saúde do Ministério da Justiça.

*Excelência,*

Sindicato dos Trabalhadores dos Registos e do Notariado (STRN), notificado por esse ministério para que se pronunciasse, querendo, em 8 (oito) dias sobre o projecto de decreto-lei em epígrafe e que foi, entretanto, aprovado na generalidade no Conselho de Ministro de 8 de Outubro último, junto envia, no estrito cumprimento dos seus deveres sindicais e embora sem a veleidade de com isso contribuir para qualquer sorte de concertação social, a sua posição sobre o teor daquele documento.

Apresentamos a V. Exa. os nossos melhores cumprimentos e subscrevemo-nos.

Presidente do CDR Norte

Presidente do CDR Sul e Ilhas



*Handwritten signature or initials.*

## EXTINÇÃO DO SUBSISTEMA DE SAÚDE DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (SSMJ)

### I. A OPORTUNIDADE DA AUDIÇÃO DOS SINDICATOS:

O convite de V. Exa. a que agora o STRN responde foi dirigido a este sindicato a 4 de Outubro último, com indicação que eventuais "*comentários ou sugestões*" deveriam ser produzidos num prazo de 8 (oito) dias.

Foi, por isso, com estranheza que o STRN tomou conhecimento, através do Comunicado do Conselho de Ministros de 8 de Outubro de 2010 e da comunicação social, que o projecto de decreto-lei cujos "*comentários e sugestões*" se solicitavam, foi afinal aprovado na generalidade antes do termo do prazo que lhe fora concedido.

Na medida em que o projecto de decreto-lei aprovado na generalidade prevê, inclusivamente, a sua entrada em vigor a 1 de Novembro próximo, a "audição" das associações sindicais constitui, neste contexto, um mero *pró-forma*, que não se pode, de modo algum, descrever como um esforço de concertação social.

A decisão de extinguir o subsistema de saúde do Ministério da Justiça, sendo feita à revelia dos representantes dos seus beneficiários é, por isso, da exclusiva responsabilidade do Governo, não se pretendendo, realisticamente, com os comentários *infra* influir sobre o conteúdo do documento que deverá vir a entrar em vigor.



*Handwritten signature or initials.*

## II. A EXTINÇÃO DO SUBSISTEMA DE SAÚDE DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (SSMJ):

O Subsistema de Saúde do Ministério da Justiça surge, como a generalidade dos subsistemas de saúde, para dar expressão a um esforço conjunto e solidário dos cidadãos afectos, *in casu*, na sua actividade profissional, ao Ministério da Justiça.

Não é irrelevante que os subsistemas de saúde, tratando-se de entidades que asseguram prestações de saúde a um conjunto de cidadãos e/ou participam financeiramente nos respectivos encargos, sejam financiados através de quotizações e outras contribuições dos respectivos beneficiários, entidades patronais ou organismos públicos onde exerçam as suas funções

Pretende-se desse modo dar resposta ao direito constitucionalmente consagrado à protecção da saúde, através da criação de uma rede de prestadores de cuidados que, mediante a celebração de convenções ou acordos, assegurem a satisfação das necessidades dos seus beneficiários.

A Assistência na Docença aos Servidores Cíveis do Estado (ADSE) é apenas um dos actuais subsistemas de saúde, tendo, porém, vocação generalista. Os restantes subsistemas, de vocação profissional, não são dotados dessa universalidade.



Em 2005, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2005, invocando, já na altura, razões de equidade, economia e eficácia, o Governo iniciou um processo de extinção, por fusão, de vários subsistemas de saúde, convergindo os respectivos beneficiários para a ADSE.

Scia, pois, de supor que a ADSE fosse o subsistema mais eficiente na prestação de cuidados de saúde aos seus beneficiários, designadamente, que fosse o subsistema com a melhor rede de prestadores de cuidados e/ou com a melhor *ratio* prestadores/beneficiários, apenas assim se compreendendo os declarados esforços de uniformização.

Porém, de acordo com o estudo da Entidade Reguladora da Saúde (ERS) “*Avaliação do Modelo de Contratação de Prestadores de Cuidados de Saúde pelos Subsistemas e Seguros de Saúde*”, datado de Dezembro de 2009, o número de beneficiários da ADSE seria 1.338.111<sup>1</sup> e o número de prestadores de cuidados convencionados 2.049 (*ratio* 0,001); já os beneficiários do Subsistema de Saúde do Ministério da Justiça seriam 34.000 e o número de prestadores de cuidados convencionados 2.400, ou seja, menos tem beneficiários e mais prestadores convencionados (*ratio* 0,07).

Com a entrada em vigor do decreto-lei agora aprovado na generalidade, aquele número de 1.338.111 ficará desactualizado e a *ratio* beneficiários/prestadores de cuidados agravar-se-á.

Sendo certo que o mesmo estudo identifica uma série de outras insuficiências da ADSE. Ali se lê, designadamente, “*a ERS tem tomado conhecimento de situações que podem indiciar um eventual défice de informação dos beneficiários aquando do acesso aos*

---

<sup>1</sup> A informação actualmente disponível no *site* da ADSE aponta para 1.349.936



*cuidados de saúde em regime convencionado, quanto à extensão, objectos, conteúdos e, particularmente, limitações ou excepções, seja quanto ao corpo clínico abrangido pela convenção, seja quanto à efectiva cobertura de actos, da convenção celebrada entre o subsistema e o prestador de cuidados de saúde convencionado, podendo o resultado de tal défice de informação ser uma errada percepção do utente/beneficiário sobre a cobertura que julga obter do seu subsistema, o que não só distorcerá o exercício da liberdade de escolha, como facilitará situações de lesões de direitos e interesses financeiros dos utentes*" (sublinhados nossos).

Estudo esse que continua, mais preocupantemente, dizendo que: "***ao não estar a ADSE a cuidar de buscar o equilíbrio do sistema, em situação de procura rígida, através do lado correspondente à rede de prestadores convencionados, tal como ao não estar a cuidar de permanentemente garantir a qualidade, dimensão e dispersão da sua rede de convencionados, e para além de todo o conjunto de consequências negativas para os beneficiários e para os prestadores de cuidados de saúde, verifica-se um risco de incumprimento pela ADSE do seu dever de oferecer «com a necessária prontidão e continuidade, as prestações que interessam ao prosseguimento dos seus fins»***" (negritos e sublinhados nossos).

O que força a conclusão que a rede de cuidados de saúde da ADSE é incipiente para o número de beneficiários que tem actualmente, situação que se agravará, não resta dúvida, com o engrossar desse número com aqueles 34000 que, até 31 de Outubro, terão ao seu dispor a rede de cuidados de saúde do Subsistema de Saúde do Ministério da Justiça

Ora se a *ratio* beneficiários/prestadores de cuidados da ADSE é pior (0,001 Vs 0,07); e se a ADSE está mesmo, de acordo com as conclusões da ERS, "*em risco de incumprimento*" das suas atribuições, mal se compreende que, pretendendo "uniformizar"





subsistemas, de acordo com princípios de “equidade” e “eficácia”, se opte pela bitola da ADSE.

Conhecendo as conclusões da ERS, a serem juízos de equidade a votar a extinção do subsistema de saúde do Ministério da Justiça, estes manifestar-se-iam no seguinte silogismo: é fundamental uniformizar os subsistemas de saúde; não é possível subir a fasquia na generalidade dos subsistemas; logo, uniformizam-se os subsistemas com base naquele que menos garantias oferecem aos seus beneficiários. Não é crível, pois, que seja por apelo a qualquer apelo de equidade que se toma a medida anunciada.

Assim se demonstrando que não corresponde à verdade o vertido no comunicado do Conselho de Ministros de 8 de Outubro último quando ali se escreve que *“Actualmente, os níveis de protecção do subsistema de saúde da Justiça são coincidentes com os garantidos pela ADSE, pelo que se justifica plenamente a extinção do subsistema da Justiça.”*

O Subsistema de Saúde do Ministério da Justiça confere, efectivamente, aos seus beneficiários um nível de protecção superior à ADSE, pelo que a sua extinção e convergência para a ADSE constitui um retrocesso inadmissível num Estado de Direito.

Representando a sua extinção um prejuízo especialmente grave para os beneficiários aposentados e doentes crónicos, que ficam impedidos de garantir a continuidade de tratamento pelo seu médico de sempre.

Ora, não resistindo os motivos declarados para a extinção do SSMJ a uma análise crítica das suas premissas, resta concluir que o motivo real (e oculto) tem que ver com as tão apregoadas medidas de contenção, o que não deixa de causar estranheza e preocupação, por



*Handwritten signature or initials, possibly 'Jm2'.*

várias ordens de razões: i) está por demonstrar que a ADSE seja uma alternativa mais económica ao SSMJ; ii) nunca foi colocada aos beneficiários a hipótese de aumentar o financiamento do SSMJ, através de um eventual aumento das suas quotizações; iii) a política de contenção orçamental, ao invés de eleger o desperdício e o supérfluo, continua a fazer-se à custa dos direitos fundamentais dos cidadãos.

É este, salvo melhor opinião, o parecer do STRN.